



MEMORANDO Nº 589/ 2014 / UIA / SISEMA

Belo Horizonte, 18 de dezembro de 2014.

Para: Fernanda Antunes Mota
Procuradora-Chefe do IEF

Senhora Procuradora,

Encaminhamos cópia integral do Processo de Sindicância instituído por meio da Portaria IEF nº 168/2013, publicada em 26 de fevereiro de 2014, que teve por objeto apurar responsabilidades " ... *por danos causados ao veículo FIAT/Strada Fire Flex, placa HMH 6077...* "

LX 200

O Ato de Decisão n. 50/2014, publicado em 11/11/2014 (fls. 68), decidiu:

- Encaminhar à Superintendência de Recursos Logísticos – SURL para notificação ao servidor;
- Determinar à SURL que não obtendo êxito, encaminhe os autos à Procuradoria Jurídica para que seja feita a cobrança dos valores devidos ao erário.

O Decreto 44710 2008 de 30/01/2008, que dispõe sobre a administração da frota de veículos do Poder Executivo Estadual, estabelece que:

Art. 44 (...)

V - havendo a constatação de que o dano ao veículo oficial decorreu de negligência ou imprudência do condutor do veículo, este deverá ser notificado do valor do dano e do prazo de quinze dias para se manifestar quanto à forma de indenização ou ressarcimento; e

VI - não havendo a manifestação prevista no inciso V ou na hipótese de recusa em promover o pagamento, os autos serão encaminhados à Procuradoria da Autarquia ou Fundação ou à Advocacia-Geral do Estado, quando o veículo pertencer a qualquer órgão da Administração Direta.

Ressaltamos que o possível devedor foi notificado pela Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção para a recomposição dos valores (fls. 42-45), manifestando-se por meio de advogados constituídos (fls. 74-88).




Informamos que se encontram encerradas as medidas administrativas com o objetivo de promover a apuração dos fatos e o ressarcimento ao erário, sob a responsabilidade desta Unidade Integrada de Auditoria.

Desta feita, o processo encontra-se agora fora da alçada da Unidade Integrada Auditoria, pois de acordo com a Decisão prolatada pelo Diretor Geral do IEF em 11 de novembro de 2011, o mesmo deveria ser enviado à SURL para notificação do indiciado e posterior cobrança dos valores devidos ao erário pela Procuradoria Jurídica.

Diante do exposto, o referido processo segue para os trâmites devidos junto a esta Procuradoria.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


Aldemir de Carvalho Guimarães
Auditor Seccional – IEF
Unidade Integrada de Auditoria


Altair Fernandes Martins
Auditor Setorial – SEMAD
Unidade Integrada de Auditoria